



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 24-04-2024

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto
- Suspensão

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 1 DE 49

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Bom dia a todos. Presentes os Vereadores Arselino Tato, pelo sistema *Teams*, Sidney Cruz e Rubinho Nunes, na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da oitava audiência pública do ano de 2024.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline, também pelo YouTube, no canal da TV Câmara São Paulo, e no Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 11 de abril no *Diário Oficial da Cidade*; 11 de abril no jornal *O Estado de São Paulo*, e no dia 12 de abril no jornal *Folha de São Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual, e também podem ser feitas neste momento junto à secretaria da Comissão, que fica aqui à nossa esquerda.

Registro a presença da Vereadora Sílvia da Bancada Feminista, vulgarmente conhecida por Sílvia Ferraro.

Foram convidados para esta audiência o Sr. Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras, neste momento representada pelo Sr. Fernando Barrancos Chucre, Secretário Executivo de Planejamento e Entregas Prioritárias. Obrigado pela presença, Secretário. Sr. Rodrigo Ravena, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Sr. Milton Vieira Pinto, Secretário Municipal de Habitação; Sr. Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Sr. Thomaz Toledo, Presidente da Companhia Ambiental do Estado, Cetesb; Sr. André Salcedo, Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Sabesp; Dr. Marcus Vinícius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Fernando José Martins, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Fiorentino Jr., Defensor Público Geral da Defensoria Pública Geral; os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e o público em geral.

Passemos à pauta. Sexta audiência pública com o objetivo de discutir o PL 163/2024, de autoria do Prefeito Ricardo Nunes. Autoriza o Poder Executivo a celebrar contratos, convênios e quaisquer outros tipos de ajustes necessários, de forma individual ou por meio de arranjo regionalizado, visando à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo, nas condições que especifica, bem como altera os artigos 10 e 11 e revoga os artigos 1º ao 5º da Lei nº 14.934, de 18 de junho de 2009.

Registro a presença do Líder do Governo, Vereador Fabio Riva.

Pergunta aos presentes se algum dos colegas gostaria de fazer uso da palavra neste momento. Vereador Sidney? Fabio Riva? Ninguém.

Vou suspender a sessão por dois minutos para que o público presente possa fazer as inscrições.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos pelo Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Reaberta a sessão. Vou iniciar pelos inscritos virtuais, enquanto o público presente pode fazer as inscrições.

Senhora Miriam Oliveira. (Pausa) Está ausente. Senhor Lucas Robles Pinheiro, do movimento Livres. Acho que está presente.

O SR. LUCAS ROBLES PINHEIRO - Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Bom dia, Sr. Lucas. Tudo bem? O senhor tem a palavra pelo prazo de três minutos. Obrigado pela presença.

O SR. LUCAS ROBLES PINHEIRO - Eu que agradeço. Bom, meu nome é Lucas Pinheiro. Eu sou coordenador do Setorial de Infraestrutura do movimento Livres, um movimento que defende a liberdade por inteiro, seja na economia, seja nos costumes.

Obviamente que o nosso movimento é a favor da privatização da Sabesp, uma vez que não podemos negar uma realidade atual em que grande parte dos serviços de água e esgoto é fornecida por empresas estatais que, conforme mostram os dados, falharam consideravelmente nessa missão. Conforme a gente observa os dados de 2022 do censo, quase 40% da população brasileira não tem acesso à rede de esgoto, o que representa 41 milhões de

pessoas, e 20% não tem acesso à rede de água, o que representa 18,87 milhões de pessoas.

De fato, a situação no Estado de São Paulo é melhor, mas ainda assim é bastante preocupante. Quase 10% da população do nosso estado não tem acesso à rede de esgoto, o que representa quatro milhões de pessoas, e só na Capital a gente tem mais de 600 mil pessoas que vivem com o esgoto a céu aberto. De fato, quando a gente compara a situação da Sabesp com as outras estatais de saneamento, ela é uma boa empresa, mas, com o processo de privatização, conforme se mostrou nos estudos do Banco Mundial e outros, ela pode se tornar ainda muito melhor e levar esse processo de saneamento para todo o Estado de São Paulo.

Conforme foi evidenciado no estudo do Banco Mundial, a privatização da Sabesp vai garantir 66 bilhões de investimentos para a universalização do serviço, fazendo com que a gente adiante em quatro anos a universalização no Estado de São Paulo, o que antes seria feito até 2033 passa a ser feito, agora, em 2029. E, além disso, vai permitir a redução de tarifa e, como foi anunciado recentemente, principalmente para as populações mais carentes, que vão ter um desconto de 10% na tarifa social, uma vez que parte dos recursos da venda das ações será aplicada nessa finalidade. Além disso, como o Estado ainda vai continuar tendo algumas ações da companhia, cerca de 20% mais ou menos, os dividendos que ele vai receber, que ele vai continuar recebendo nesse processo, ele vai aplicar nessa finalidade de aceleração dos investimentos e também de redução da tarifa.

Para finalizar minha fala, eu gostaria de citar um estudo recente que foi feito por economistas da FGV São Paulo, da USP, do Banco Mundial e da FECAP, que analisaram dados do SNIS, que é o Sistema Nacional de Informações de Saneamento, e compararam cidades onde já foram delegados os serviços de água e esgoto com cidades onde o serviço continua estatal. Esse estudo provou que, sim, existe uma melhoria da prestação de serviços de água e esgoto, quando esse serviço é delegado ao privado, por meio do aumento considerável de investimentos na universalização dos serviços de água e esgoto, no aumento da rede de água e esgoto. Além disso, esse estudo mostrou que existe redução da tarifa.

Então, por todos esses motivos que eu acabei de falar, a gente, sim, é a favor do

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 4 DE 49

processo de desestatização da Sabesp.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Sr. Lucas. Senhor Lucas, eu não sei se o Fábio Ostermann ainda está no Livres, mas, se estiver, leve meus cumprimentos a ele. Conheço ele de longa data. Obrigado pela contribuição.

O SR. LUCAS ROBLES PINHEIRO – Pode deixar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - A Sra. Francine Delfino Gomes. Você pode aguardar para a gente iniciar os presenciais, Sra. Francine? Você se importa? A Sra. Francine estava inscrita virtual, mas veio presencial. Eu vou iniciar com a senhora nos presenciais, pode ser? Obrigado, Sra. Francine.

Eu vou dando continuidade aos inscritos virtuais. O Sr. Júlio César Batista da Silva. Está ausente. A Sra. Letícia de Araújo Santos de Almeida. Está ausente. Agora, sim, passemos aos inscritos presenciais. Lembrando a todos os presentes que o prazo é improrrogável é de três minutos. Início pela Sra. Francine Delfino Gomes. Quem quiser fazer uso tanto da tribuna quanto do microfone de aparte aqui à esquerda, o que for mais conveniente, fica à vontade.

A SRA. FRANCINE DELFINO GOMES - Bom dia a todas e a todos. Meu nome é Francine Delfino Gomes. Eu sou advogada, mestre e doutora em Direito Ambiental Internacional e pesquisadora de saneamento há mais de dez anos.

A privatização não trará resultados para a população, não trará lucro para as empresas privadas, não trará universalização para o saneamento e muito menos proteção ao meio ambiente, porque a ciência já comprovou isso. Nós não estamos falando de noticiários, nós estamos falando de ciência e metodologia científica. Se existe alguma dúvida dos excelentíssimos representantes do nosso Legislativo, eu peço que consultem os cientistas e não mais opiniões soltas que perdem os seus fundamentos facilmente.

O titular do saneamento básico, segundo a nossa Constituição, segundo a reafirmação do STF e segundo o Marco do Saneamento é o município. E quando as empresas privadas assumirem esse ônus e vão ofertar o serviço de saneamento, qual será a garantia econômica que essas empresas terão? Porque quando, eventualmente, o Município precisar

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 237

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 5 DE 49

encampar um contrato administrativo, qual o orçamento que as prefeituras vão garantir para continuar o serviço de saneamento?

Dentre os mais de 5.568 municípios que temos no Brasil, cada região tem as suas particularidades. Vide o exemplo de Manaus, que tem uma PPP e ficou sempre, no *ranking* do saneamento, entre os cinco piores de todo o País.

Nós temos o exemplo de São Paulo, que investe muito em saneamento, sendo a maior capital, a mais rica capital do nosso país, mas que não chegou à universalização. Então, dinheiro não é necessariamente o problema, mas é falta de técnica e de transdisciplinaridade entre todos os técnicos responsáveis que não são ouvidos sempre.

Guarulhos, nós temos também uma das cidades que é maior do que muitas capitais no nosso país. Investiu muito e perdeu tudo o que tinha investido, porque o retrocesso foi imenso. Hoje, uma cidade com 1,400 milhão de habitantes não tem saneamento básico a contento.

Com tudo isso, como que a gente pode pensar em uma pandemia como aconteceu com a da Covid-19, na segurança econômica dessas empresas que vão prestar o serviço de saneamento? Capitais inteiros foram perdidos com a pandemia. Como garantir que essas empresas que assumirão o saneamento, vão trazer efetividade para a nossa prestação de serviços? Porque é sempre a população que paga com tudo isso.

A gente precisa ordenar a prestação do serviço com o uso de tecnologia, reduzir o alto índice de desperdício e o uso da técnica profissional transdisciplinar. Inúmeros são os exemplos que privatizar um direito humano tão complexo não trará resultados.

Até quando a Casa Legislativa vai ignorar os seus eleitores? Fomos nós que votamos nos nossos representantes. As nossas vozes estão sendo caladas, mais uma vez. Então, peço que a reflexão seja deixada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Francine, por gentileza.

A SRA. FRANCINE DELFINO GOMES - E quem quiser saber mais informações, o meu *site* é *francinedelfino.com*. Fico à disposição. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sra. Francine.

Antes de chamar o próximo, gostaria de agradecer a presença dos alunos do Mackenzie, que fazem parte de uma integração institucional entre a Câmara de São Paulo, faculdades e universidades. Trata-se de um acordo de cooperação, com o objetivo de promover a integração institucional que possibilite aos estudantes maior conhecimento sobre a dinâmica e funcionamento do Poder Legislativo.

A ideia é que os estudantes venham assistir a alguns trabalhos parlamentares, como audiências públicas, reuniões das comissões, CPIs etc. A certificação é feita pelo CELEG. Sejam todos bem-vindos. Obrigado pela presença.

Dando continuidade, chamo a Sra. Suzana Saldanha, da Rede Ambiental Butantã.

A SRA. SUZANA SALDANHA - Bom dia, ou boa noite, esperando que a gente não tenha apagões com essa privatização que vai acontecer.

O que eu não entendo é que parece que a gente vai privatizar o que já é privatizado, porque eu não tenho informações técnicas tanto quanto ela, mas até onde me passaram, quase 50% da Sabesp já é privativo.

Então, por que a gente vai passar o controle estratégico para uma empresa privada, se o controle estratégico para a população é uma questão de gestão pública? Isso que se torna bem estranho de compreender.

Também o que parece é que essa privatização acontece por acordos, acordos entre políticos, acordo entre políticos e companhias privadas, acordo entre políticos que têm ambições.

Acho que a gente está cansado do tipo de gestão tanto a Alesp quanto da Câmara. A gente não quer gestão interna somente, a gente quer uma gestão para a população, que realmente esteja servindo à população.

A gente tem uma empresa que é saudável, as questões da Sabesp não são só da Sabesp, são da Secretaria de Habitação, são da Siurb, são questões da Secretaria do Verde.

Então, a gente precisa não jogar tudo nas costas da Sabesp, mas a gente precisa ter uma universalização de serviços se a gente não tem uma habitação, se a gente não tem esquemas, se a gente não anda com as habitações na cidade.

Então, a gente precisa que as secretarias trabalhem juntas, junto com a Sabesp. A gente tem uma implementação de recolhimento de esgoto cada vez maior, que está em andamento. A gente tem 29% só, que é pouco para um sistema de recolhimento e tratamento de esgoto que está em andamento numa cidade como a nossa, que tem desafios enormes, que recebe pessoas de todo o país.

E a gente tem desafios da habitação, a gente tem desafios da infraestrutura, a gente tem desafios da questão do verde do meio ambiente e também a Siurb, que parece que entende muito de meio ambiente na teoria, mas na hora de implementar as suas... - não me vem a palavra -, enfim, as suas ações, as suas obras, trabalha sem conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Suzana, por gentileza.

A SRA. SUZANA SALDANHA - ... sem conhecimento do verde, do meio ambiente e da habitação. A gente tem obras que são terra arrasada. Então, a Sabesp não tem questões que a gente precise que elas sejam privatizadas mais do que ela já é.

A gente parece que há questões aqui que são de legislação interna e acordos entre políticos. A gente não quer isso, a gente não vive disso, a gente vive da nossa realidade no dia a dia.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vou pedir para a senhora concluir.

A SRA. SUZANA SALDANHA - Agradecida.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado. Registro a presença do Vereador Marcelo Messias, pelo Sistema Teams, e do Vereador Celso Giannazi, aqui conosco.

Sr. Júnior Freitas, munícipe. Sr. Júnior, se o senhor puder apertar o botão no microfone para a luz ficar verde.

O SR. JÚNIOR DE FREITAS - Ficou? Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Pronto, tem a palavra.

O SR. JÚNIOR DE FREITAS - Bom dia a todos e todas. Eu vejo muitos Vereadores da Câmara aqui, falando da privatização da Sabesp, como se eles não tivessem responsabilidade. Eles fazem o seu diálogo afirmando que a população pobre do estado e do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 240

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 8 DE 49

município de São Paulo não tem acesso ao saneamento da Sabesp.

Mas me parece que os Vereadores não fazem parte, então, desse sistema. Não é responsabilidade dos Vereadores fiscalizar esse tipo de serviço tão essencial que é para a população pobre? Vendo-os falar, parece que não fazem parte do sistema.

Vereadores aqui, desta Câmara, têm no mínimo, o que têm mínimo aqui são três anos e quatro meses de mandato. Se não tem saneamento básico para a população pobre de São Paulo, é porque vocês, Vereadores, não fizeram a parte de vocês. Vocês foram eleitos e não fizeram a parte de vocês.

Agora vocês querem privatizar um item tão essencial para a sobrevivência humana, para uma empresa privada gerar lucro? Será que é isso mesmo que eu estou escutando? Ou os Vereadores estão com preguiça de trabalhar? Querem transferir a responsabilidade. Porque faz assim, então, vamos transferir tudo.

Eles falam que é cabide de empregos e focos de corrupção, quando uma empresa é estatal, mas eu vou falar uma coisa aqui para vocês, tendo o Prefeito que a gente tem hoje, realmente é perigoso isso acontecer.

Mas fica tranquilo. Os dias deles estão contados. Então, vocês querendo privatizar algo tão importante para a população só mostra que há muitos Vereadores inúteis nesta Casa. Começando pelo Rubinho Nunes. Para mim, ele é um inútil.

Faz parte dessa... Ele é a representatividade, é um lixo de Vereador. Para mim, não serve. Não serve.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, pela ordem.

- Tumulto.

O SR. JÚNIOR DE FREITAS - Você faz parte da Câmara dos Vereadores, Rubinho.

O SR. FABIO RIVA – Desculpa, desculpa. Presidente, Presidente.

- Tumulto.

O SR. JÚNIOR DE FREITAS - Você não fez nada de útil. Você não fez nada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Júnior, o senhor veio aqui fazer uso da

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 9 DE 49

palavra. O senhor faltou com respeito a este Vereador e à Câmara de São Paulo. Eu peço que o senhor se recomponha, que o senhor retire o que disse. O senhor tem o direito a opinar. O senhor tem o direito a se manifestar. Mas eu não vou tolerar esse tipo de ofensa contra mim ou contra qualquer outro Vereador desta Casa.

O SR. JÚNIOR DE FREITAS - Mas não é você que luta pela liberdade de expressão?

Agora está me oprimindo?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A liberdade de expressão não é...

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – A liberdade de expressão não lhe dá o direito de ofender, Sr. Júnior. A liberdade de expressão é o senhor manifestar a sua opinião, o senhor manifestar os seus pensamentos. O senhor vir a esta Câmara, dirigir ofensa aos Vereadores, exacerba a liberdade de expressão e, inclusive, coloca o senhor em responsabilidade civil perante ser ofendido.

O SR. JÚNIOR DE FREITAS - Mas a minha opinião aqui vai ser dita e eu vou manter ela.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Então o senhor coloca...

O SR. JÚNIOR FREITAS – Estão há três anos... O que você fez de útil? Eu gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu vou reconstituir o tempo de fala do senhor. O senhor conclui a sua fala e o senhor responde legalmente pelo que o senhor disse.

O SR. JÚNIOR FREITAS – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Está com a palavra. O senhor tem acrescidos...

O SR. JÚNIOR FREITAS – Não tem problema nenhum, porque a única coisa que você sabe fazer é processar os outros. Trabalhar, que é bom, nada, não é?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Com certeza, pessoas iguais ao senhor... O senhor tem acrescidos 30 segundos para concluir a sua fala, pela interrupção que eu fiz.

O SR. JÚNIOR FREITAS – Eu já fui muito bem contemplado pela minha própria fala.

Muito obrigado a todos e é o seguinte: não vamos deixar privatizar a Sabesp e vamos pôr os Vereadores para trabalhar de verdade e sair da internet. Valeu.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria até de esclarecer ao Sr. Júnior, uma pessoa muito educada, que ele argumenta que justamente a iniciativa privada gera lucro, mas são os mesmos colegas de esquerda do Sr. Júnior que alegam que a Sabesp não deve ser privatizada porque ela gera lucro para o estado. É impressionante como essa gente é marionete de estado.

O Sr. Júnior fala de foco de corrupção. Talvez ele não tenha lido os noticiários que relataram os escândalos de corrupção em 40 bilhões de reais, justamente sob a gestão Lula. Eu tenho certeza de que é um sujeito que fez o “L” e isso demonstra o tipo de postura que ele tem. É justamente pela política igual à do senhor que eu sou totalmente a favor da privatização da Sabesp. Eu defendo, totalmente, frontalmente, a privatização da Sabesp, justamente para que, no caso de alternância de governo, coisa que o grupo de esquerda não defende, nós tenhamos pessoas que sejam comprometidas com a Sabesp, e não em roubar uma empresa estatal, como foi feito nas gestões PT em estatais como os Correios, o caso dos Correios, como a Petrobras e outras mais.

Dando continuidade, Sr. Rafael Barbosa, da Avive... Sr. Rafael, o senhor tem a palavra. Obrigado pela presença. Eu peço ao público que respeite o orador.

O SR. RAFAEL BARBOSA – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa. Bom dia ao Vereador Sidney, que é da região da Pedreira – e eu também sou da região da Pedreira. Não moro mais lá, mas sou de lá. Estudei lá, na Rua José Vieira Martins, 270. O senhor deve conhecer bem a instituição. Por muitos anos foi que eu estive ali. Conheço a região.

Bem, eu estou com uma dúvida, Presidente, que é referente à questão de devolutivas. Nós vamos ter devolutivas?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sim, Sr. Rafael. A audiência devolutiva deve ocorrer no dia 2 de maio, próxima quinta-feira, às 11h, aqui, na Câmara – eu só não consigo

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 11 DE 49

te confirmar se neste auditório ou no plenário, mas aqui. Neste? Pronto. A assessoria já confirmou: neste auditório.

O SR. RAFAEL BARBOSA – E, aí, para protocolar ofício... Porque, no *site*...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Se o senhor quiser protocolar diretamente com o Relator Vereador Sidney, eu tenho certeza de que ele receberá agora ou a assessoria dele está à disposição, também, do senhor.

O SR. RAFAEL BARBOSA – Está bem.

Bom, nós temos... Eu tenho algum...

Está bem? Está bem agora? Está. Está bom.

Eu falo em nome da Avive. É uma associação de moradores do bairro do Butantã e, lendo o projeto de lei, a gente tem uma dúvida – na verdade, uma dúvida, não. É uma solicitação, não é? O que acontece? Existe um fundo, que é de... Sr. Presidente, existe um fundo que o estado vai criar, que é de 30% do valor que vai ser arrecadado das ações, mais o que é de rentabilidade, não é? E, na análise do senhor, foi colocado que eles poderiam utilizar, que... É Fausp, não é? Eles poderiam utilizar esse fundo para fim de situações de calamidade pública, coisa do tipo.

Então, a gente queria que fosse reanalisada essa questão, pelo seguinte: em 2014, nós tivemos aquele problema de estiagem, aqui, na cidade de São Paulo – no estado de São Paulo inteiro, não é? No estado de São Paulo, se nós seguirmos esse raciocínio, significa que, se a gente tiver uma estiagem nos próximos anos, a gente vai utilizar o dinheiro da venda das ações para financiar isso e não vamos utilizar o lucro que os acionistas utilizam. Então, se a gente olhar, em 2014, 2015, 2016, quando nós tivemos, em 2014, 2015, 16 e 17, quando nós tivemos... Em 2014, 15, 16 e 17, em que nós tivemos esse problema, aqui, no estado de São Paulo, a Sabesp financiou 100% esse custeio de drenagem de água de uma represa para outra. A questão que teve, do programa de incentivo, também, que aconteceu, foi 100% custeada pela Sabesp. Da forma que o projeto de lei está sendo enviado, a gente utilizaria o fundo, que seria parte do valor da venda, para custear algo que a instituição teria condições de custear.

Então, a gente gostaria, Sr. Presidente, que fosse reavaliado isso. A gente vai pedir em ofício, porque eu acho que vale uma emenda, porque se... Vamos falar o jargão do mercado. É o risco do negócio. Quem quer comprar a ação da... Quem quer...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Só para concluir, por favor, Sr. Rafael.

O SR. RAFAEL BARBOSA – Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Não, mas, pode concluir, por favor. Está interessante o seu argumento. Eu peço só para concluir.

O SR. RAFAEL BARBOSA – Não, é que eu estava tentando ter a atenção de vocês, porque eu sei que eu não vou falar com vocês de novo, mas eu acho que é o risco do negócio. Quem quer comprar as ações, se tiver um problema de estiagem, tem que arcar com ações, e não o estado bancar essa situação.

Então, isso está bem redigido. Isso está bem redigido no ofício. A gente vai protocolar para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Se o senhor quiser trazer para mim, já, de imediato, eu ficaria feliz em receber.

O SR. RAFAEL BARBOSA – Está bem. E eu só tenho uma dúvida, que é a seguinte: no projeto de lei, foi falado sobre 13% para um fundo – e 20%, também. Só que, no projeto de lei, só foram citados 13.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Isso é discutido. Esse argumento... Ele é discutido no substitutivo de segunda votação. Foi aprovado em primeira. A Câmara vai construir o projeto, agora, que vai para o substitutivo, em segunda, do qual deve ter audiência devolutiva. Já adianto para você que é uma demanda do Relator e, também, do Vereador Fabio Riva e de alguns outros colegas, nos quais eu me incluo, para que aumente esse fundo para 25%. Ainda não está consolidado se a gente vai conseguir ou não, mas é a proposta. O senhor...

O SR. RAFAEL BARBOSA – É porque foi aprovado. A Secretaria fez a proposta de 13, mais 20. Aí, vocês analisaram e aprovaram isso. Só que, quando foi fazer o projeto de lei, só manteve... Só colocou 13. E os 20?

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 13 DE 49

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Não, não é isso. Foi aprovado. Eu vou pedir para o senhor encerrar, Rafael, por causa do tempo, mas, se o senhor quiser protocolar, aqui, o Relator já pode esclarecer, inclusive, sobre o tema.

O SR. RAFAEL BARBOSA – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu queria, antes de mais nada, agradecer pelas ponderações, que me pareceram bastante racionais e razoáveis e contribuem muito para o debate. Parabéns, Sr. Rafael.

O SR. SIDNEY CRUZ – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Rafael, o senhor não quer trazer aqui o ofício, já? Ah, está bem.

O SR. SIDNEY CRUZ – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Tem a palavra, Relator.

O SR. SIDNEY CRUZ – Primeiramente, quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar, aqui, os nobres Vereadores: Sílvia da Bancada Feminista; o nosso Líder do Governo, Fábio Riva. Secretário Chucre, Vereador Celso Gianazzi, os Vereadores que acompanham de forma virtual, o público presente, os representantes, aqui, do sindicato, a Guarda Civil, a assessoria...

Sr. Presidente, eu gostaria, apenas, de reforçar, aqui... Ouvi atentamente as contribuições trazidas pelo Sr. Rafael. E são informações importantes, que ajudam na construção de um projeto de lei que possa garantir os direitos das pessoas que moram na cidade de São Paulo.

Antes, quero cumprimentar, aqui, também, os alunos do Mackenzie.

Sr. Rafael, com relação aos 13%, hoje, no contrato vigente que temos com a Sabesp, que... Esse contrato... Ele, automaticamente perde a sua eficácia, caso haja a privatização que foi definida em dezembro pela Alesp, que é a Casa Legislativa competente, uma vez que as ações pertencem ao Governo do Estado de São Paulo, e não à cidade de São Paulo. O contrato vigente já garante 13% de investimentos. O que nós aprovamos em primeira votação é uma alteração para 20% de investimentos e esperamos que esses investimentos, que esses números

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 14 DE 49

umentem em segunda votação.

O que nós temos, também, para esclarecimentos... Nós temos, aqui, também, um fundo, que é o FMSAI, que recebe 7,5% dos lucros da Sabesp. Está em torno de 600 milhões, em média. Estimativa de 600 milhões ao ano. O que foi aprovado em primeira, a antecipação de imediata de 3% desses 7,5% até 2029. Então a gente traz 3% de até 2029, e esses valores serão depositados, antecipados ao município, que daria aí um valor equivalente a 1 bilhão e 240 milhões de reais. E esses valores seriam destinados para recuperação de mananciais, recuperação das duas represas que estão altamente poluídas. O senhor é da minha amada e querida Pedreira, conhece muito bem, morou lá na década de 70. Eu vou dizer uma coisa para o senhor. De 70 para cá, passaram algumas décadas e os problemas só se agravaram. Nós temos duas represas que, infelizmente, a população não consegue, no período de verão, fazer a sua refeição por conta do odor que existe hoje nas duas represas.

Então esses recursos serão utilizados para a recuperação dessas duas represas, para a recuperação das nossas áreas de mananciais e para investimentos em habitação de interesse social. Para regularizarmos comunidades que existem ao entorno dessas represas, que algumas, infelizmente, não têm condições de permanecerem onde estão. É óbvio que o que foi votado aqui em primeira, repito, ainda é pouco e espero que consigamos avançar ainda mais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Vereador Sidney. Estão encerradas as inscrições. Convido o Sr. Rene Vicente, CTB.

O SR. RENE VICENTE - Bom dia, Vereadores, Secretário aqui presente, a todos aqui na plenária, aos estudantes em especial. Parabéns pelo interesse. Acho que nós estamos debatendo algo que é essencial à vida, que é a água.

Água é um direito essencial consagrado na Carta das Nações Unidas, pela ONU, em 2010. Então todo ser humano tem que ter acesso ao saneamento básico, água tratada, esgoto coletado e tratado. Essa é a nossa luta. Essa que é a luta que a gente vem desenvolvendo e defendendo. Quando a gente defende uma empresa pública, prestando serviço de qualidades,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 247

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 15 DE 49

não é à toa. Porque as experiências mostram, se vocês forem pesquisar, dar um Google, vocês vão ver que em uma terra não muito distante, em Tocantins, em 1998, apareceu a Fada Madrinha, que prometia universalizar o saneamento. Olha, aqui é a iniciativa privada, Brookfield o nome da empresa, nome inglês, que bonito, né? Tem gente até proferindo o discurso em inglês agora, que virou moda, né? E essa BR Ambiental, ela tomou conta, em 1988, de 125 Municípios em Tocantins. E prometia universalizar. Em 2013, ela entregou, de volta para o Estado, 77 municípios. Sabe quais são esses 77 municípios? A maioria deles em áreas rurais. Em municípios economicamente não rentáveis. E ficou apenas com os 44 municípios rentáveis. Sabe quais são esses? As cidades mais populosas, onde a rede de abastecimento, de coleta, de fornecimento de água, já estava montada a serviço da população. Onde requeria um investimento menor. E essa é a história que estão contando aqui. Que se privatizar, vai melhorar. Um orador que antecedeu, via Zoom, colocou que as tarifas vão abaixar. Eu vou fazer um comparativo aqui, físico, das tarifas, um comparativo de valores em 2023. Da Águas do Rio, do Rio de Janeiro, que é a antiga CEDAE, Águas do Rio e a Sabesp. Uma ligação de água de pavimento asfalto de três quartos, na Águas do Rio, custa 1.220. Sabe quanto custa em São Paulo, com a Sabesp? 15,32. Ligação de esgoto, pavimento asfalto, em casa, 100 milímetros. No Rio de Janeiro, custa 2.917. Sabe quanto custa aqui em São Paulo, na empresa que teve um lucro de 3,1 bilhões no ano passado? É gratuito. Ligação predial, a mesma coisa. Ligação predial, 150 milímetros, 4.198. Em São Paulo, na Sabesp, é grátis. É grátis, como diz minha filha. Ligação de cavalete, por débito. Águas do Rio cobra 151,39. A Sabesp é gratuita. Tem problemas, viu? Tem problemas de ligação, porque o serviço está todo terceirizado. Para concluir, religação de cavalete, pagamento de débito. No Rio de Janeiro, custa 151,39 Vereadores. Em São Paulo, custa 8,00. Desobstrução de esgoto do imóvel até a rede, no Rio de Janeiro, custa 188,74. E na Sabesp, 42,00. Então é por isso que nós estamos aqui lutando, porque se privatizar, a conta vai aumentar e quem vai pagar é o povo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Sr. René.

Sr. Hilton Marioni, do Sintaema.

O SR. HILTON MARIONI - Bom dia a todos. Cumprimentar aqui os nobres Vereadores, um ser protocolar, né? Tudo aqui é protocolo, então vamos seguir o protocolo. Me antecedeu, e existem muitos estudos técnicos, o René, que me antecedeu apresentou alguns dados técnicos, fundamentados. Existe a questão do direito comparado internacional, a história do saneamento internacional, que mostra no mundo várias cidades que passaram por esse debate. E reestatizaram, porque a lógica no saneamento não é diretamente o lucro. Ninguém planta uma roça para não colher nada. Não estamos aqui condenando o lucro. Mas, como já foi falado, na crise hídrica, a empresa se responsabilizou 100% pela questão da escassez hídrica lá em 2014, 2015. Mas, se argumentos técnicos, estudos diversos, não sensibilizam V.Exas., que, protocolarmente, se excusam dizendo que não! A privatização já foi resolvida na Alesp. Mas, o simples remodelamento, amarrar com arame, fazer uma gambiarra jurídica no popular, estão seguindo o protocolo. Só é a legitimação da adesão do Município de São Paulo ao URAI número 1. Então, vamos ironizar um pouquinho o protocolo? Vamos lá. Se os argumentos sérios não funcionam, vamos aqui declamar um trecho de nossa riqueza literária. Vamos lá.

De Manuel Bandeira. “Vou-me Embora para Pasárgada”. Quem conhece esse poema sabe que ele tem trechos que são politicamente incorretos de se declamar aqui no século XXI. Mas, o autor apresenta uma cidade idealizada, veja, o município dos senhores. Por quê? Vamos lá. Como solução para os problemas do saneamento, vai resolver tudo. Pinta viaduto, amarra com arame, inaugura coisa que já tem 100 anos, e assim vai. E não pode falar palavra feia. Uma espécie de refúgio em local maravilhoso que só existe na cabeça do poeta. E parece que existe também na cabeça da base governista lá da Alesp, que quer privatizar até a lua, e aqui nessa Casa também. Vamos lá. Com um show de PowerPoint que deveria ser anexado no projeto de lei até agora, eu não vi. Dizendo que vai dar tudo certo e que todos os problemas do saneamento serão resolvidos.

Não existe Pasárgada. Lá eu não sou amigo do rei, e o povo não é amigo do rei. Na segunda-feira nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sr. Hilton, para concluir.

O SR. HILTON MARIONI – Já terminarei. Eu vou citar até o Vereador, em respeito à fala dele, que foi brilhante. O Vereador Sidney falou, como é que a gente faz para unir o povo ao Parlamento? Os últimos anos foram tratados com tanta despolítica, que quando falta povo ligado ao que acontece, a explicação é essa. Os políticos que se sentem base governista, decidem coisas em nome do povo, à revelia do que o povo precisa. À revelia da realidade de um estudo técnico e muito bem fundamentado. Obrigado, Sr. Vereador, pelo tempo a mais. E não privatize, o poder do município não é de vocês. Município são as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu conheço o poema que o senhor declamou. Vou fazer uma sugestão de leitura para o senhor. Podia ler as 6 lições de Ludwig von Mises.

O SR. HILTON MARIONI DOS SANTOS – Não declamei. Ele tem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vou embora para Pasárgada, porque lá eu sou amigo do rei. Lá tem as mulheres que querem, nas camas que escolherei, e assim por diante. Eu não vejo problema em declamar um poema. Mas fica a sugestão. Leia Ludwig von Mises, as 6 lições. Talvez o senhor entenda um pouco da perspectiva de privatização.

Registro a presença do Vereador Toninho Vespoli, pelo Sistema Teams. Convido o Sr. Ramon dos Santos Junior, do Sintaema.

O SR. RAMON DOS SANTOS JUNIOR – Bom dia a todos. Queria cumprimentar os Vereadores, Vereadoras, a população que está presente, movimento sindical. Hoje, dia 24 de abril de 1998. Estamos aqui. Hoje, 98. Hoje, a Eletropaulo, eletricidade de São Paulo, está indo a leilão. Miraculosamente, as três empresas que iam concorrer ao leilão das ações da Eletropaulo, duas abandonaram o barco. Uma era até inclusive americana e saiu no *New York Times*. Que por um mistério, a empresa que concorria abandonou o leilão. Alguns dias depois, a empresa que arrematou, a Houston, pelo lance mínimo de 1,2 bilhões de reais, chegou para o BNDES e falou, não vai dar. Eu tenho 400 aqui e esses 800 você parcela para mim aí. O BNDES falou, está bom, vamos parcelar. Foram passando-se os anos e os americanos foram chegando no BNDES. Esse ano aqui não vai dar para pagar, mas eu precisava de um dinheiro porque eu

tinha que trocar o caminhão, porque o caminhão era velho. E vende terreno. Esse ano aqui não vai dar porque eu estou tendo que pagar a rescisão dos trabalhadores que eu mandei embora e foi vendendo terreno.

A crise hídrica que passamos em 2014, em 2000 tivemos o apagão, Vereador Giannazi, qual foi a medida proposta da empresa? Da finada, Eletropaulo, agora ES? Coloca um limite, se a população não conseguir reduzir, suspende o fornecimento. Onde foi suspenso esse fornecimento? No Grajaú, em Tiradentes, em Guaianases, a região central absorveu essa redução de fornecimento que foi com corte de fornecimento de energia. E paralelo a isso, as ações da empresa subiram porque eles falaram, quem tiver uma nova ligação não vai ter meta, vai ser a partir dessa ligação nova. Então subiu o pico de ligação, e se tornou uma empresa eficiente, uma empresa que estava gerando lucro. A crise hídrica de 2014 da Sabesp, qual foi a medida proposta da empresa pública? Vamos propor, para quem conseguir reduzir o consumo, um desconto, mas jamais o corte de fornecimento.

Empresa privada só quer duas coisas aqui no nosso país. É subsídio e lucro. No ano de 2020, as concessionárias de energia receberam 20 bilhões de subsídio do Governo Federal. No ano de 2023, esse valor já foi para 35 bilhões. As linhas 8 e 9 já estão se falando em subsídio para reequilibrar o orçamento. A concessão da Eletropaulo termina daqui quatro anos. Foram vendidos todos os terrenos. Hoje, a Sabesp tem o centro de manutenção estratégica no Guarapiranga. A Eletropaulo tinha aqui na Rua do Lava Pés, números 200 a 400, um terreno de 106 mil metros quadrados. Hoje lá existem cinco mil moradias. Foi doado por 160 milhões. O metro barato vendido dos últimos 30 anos, com certeza, foi o mais baixo.

Então, eu queria perguntar aos Vereadores, no final dessa década aqui de 2020, de onde que vai ser tirado o subsídio para pagar linha 8, linha 9, Sabesp, Eletropaulo e serviço funerário? Porque a população não vai aguentar pagar o valor que está sendo proposto lá. Ela não vai ter condições de enterrar os seus mortos. Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado. Sr. Halisson Carlos Gomes, do Sintaema. É da Silva. Da Silva, perdão, Sr. Halisson Carlos da Silva.

O SR. HALISSON CARLOS DA SILVA – Bom dia a todos e a todas. Até ouvindo as falas do Vereador Sidney, que ele disse que as represas são, com o grau de contaminação e tudo mais, porém, são coisas que acontecem no município de São Paulo, em algumas áreas, devido também à falha do próprio sistema Legislativo e Executivo. E do estado também. Porque são áreas invadidas também, tem muitas áreas invadidas, próximo a mananciais, e talvez a legalização, a melhoria de moradia para toda a população, com acesso ao saneamento público, principalmente, isso seria interessante. Lógico que não vem de hoje, isso já acontece há muito tempo, mas, no decorrer desse tempo, poderia ter sido melhorado, e a população ter essa moradia, num lugar decente, com todos os benefícios que um cidadão comum deveria ter com dignidade.

Mas, voltando ao caso da privatização, a necessidade da privatização da Sabesp não existe, porque todos alegam baixar tarifa, baixar tarifa, porque a grande mídia só vai divulgando isso. E, na verdade, eles querem privatizar o saneamento de São Paulo, onde, no Brasil, mais de 100 milhões de habitantes não têm acesso ao saneamento, mas ninguém está querendo privatizar o saneamento do Brasil. Estão querendo privatizar a Sabesp, uma empresa que funciona, trabalha com eficiência, qualidade que leva à população, tem os problemas pontuais, porém, já encaminhados à universalização dentro do município de São Paulo, e, esse entendimento dessa privatização, ninguém vai chegar nesse consenso, porque, se eles declaram, principalmente no marco do saneamento, que tem que se levar o saneamento a todo o país, mas nós estamos... São Paulo está privatizando a empresa eficiente que é a terceira maior do mundo e a primeira da América Latina. Não chegou nesses números à toa, tem uma história por trás disso, e quem está tentando privatizar não tem um dedo na construção dessa empresa.

Então, você vê que vem com... Isso daí vai ser... A população vai ser lesada, não tenha dúvida disso, principalmente a periferia, as pessoas mais humildes, não vai ter o contato humano mais. Esse é um dos maiores problemas que se encontra em Enel e nessas empresas privatizadas, que você só conversa com um robô. E a população não tem só o problema de corte

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 252

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 20 DE 49

de água ou isso ou aquilo, tem vários problemas dentro das suas casas, e vai faltar essa humanidade, essa falta do ser humano para atender.

E a Sabesp, ainda como empresa pública, que nós vamos defender até o fim, nós não vamos aceitar essa privatização, e a gente vê que na Alesp, aprovado lá e passando aqui pela Câmara Municipal, lá no projeto da Alesp não tem em uma linha investimentos. Eles falam em 66 bi, porém esse investimento não está escrito em nenhuma das linhas. E outra coisa, lá não tem um tipo de punição para a empresa privada que venha a comprar o saneamento de São Paulo.

Então eu acho que a população, principalmente, tem que se atentar a isso, como outros companheiros disseram aqui, está aí os transportes dessa maneira e o Governo devolvendo dinheiro público para as empresas privadas. Não à privatização.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado. Sr. Arlindo Amaro, do Arquiteto do Ipiranga.

O SR. ARLINDO AMARO - Bom dia, bom dia. Sou Arlindo Amaro, da região do Ipiranga. Quando eu era pequenininho, gente, eu nasci em 1954, eu fui crescendo, quando foi em 1962, apareceu o Departamento de Água e Esgoto da cidade de São Paulo. Aí foi até 1973, quando foi criada a Sabesp, com a mesma intenção de resolver o problema de saneamento básico da cidade de São Paulo.

Já se foram 50 anos, o que nós vimos da cidade de São Paulo dos anos 70 para cá? São Paulo tem 12 milhões e meio de pessoas, e 40% da população de São Paulo mora em favelas e sobre palafitas, muitos deles. A gente pergunta: será que essas pessoas estão felizes da vida para morar em cima de uma rede de esgoto? Em todas as represas de São Paulo?

A cidade de São Paulo tem 3.200 quilômetros de córregos e rios inteiramente poluídos. Não tem um córrego e um rio na cidade de São Paulo. Inclusive, represas são todas poluídas. Com a criação da DAEE, em 1962, e a criação da Sabesp, há 50 anos, houve crescimento de poluição da água na cidade de São Paulo e no Brasil. Aí você começa a analisar onde erraram, quem está errado. Eu vejo as obras da Sabesp nas ruas, você vê quatro, cinco

engenheiros fiscalizando um pequeno buraco. É um custo alto, e quem paga isso somos nós, gente, não é o Estado. Nós pagamos.

Agora, o que falta na população, na verdade, é participação. Um time de futebol perde, o povo grita e eles vão lá e trocam o técnico. Três, quatro jogos, tirou o técnico, coloca outro. E nós sempre apostamos no errado, no “quanto pior, melhor”. E por que isso? A culpa é nossa. A nossa participação no parlamento é fundamental. O Poder Legislativo das três esferas governamentais, eles estão para ouvir a população, e a população tem que estar presente. Não precisa vir aqui, você tem um procedimento *online*. Mas tem que falar com conhecimento, sem ofender as pessoas.

Acho que nós estamos vivendo, entre aspas, um Estado democrático, onde todos podem falar, mas sem ofender ninguém, seja mulher, homem ou quem quer que seja. Então, falar com conhecimento e saber o porquê se está falando: em defesa da água para a futura geração. Somos um país rico em água, só que a maioria da população brasileira, dos 200 milhões de brasileiros, 40% mora sobre rede de esgoto.

Eu tenho certeza que as pessoas que moram lá, eles querem sair. E quem saiu dessa situação não vai falar: “Meu sonho é voltar a morar em cima de palafitas”. Eu duvido. Um abraço.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Sr. Arlindo. Sr. José Antônio Faggian, do Sintaema.

O SR. JOSÉ ANTONIO FAGGIAN – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar os Vereadores, o Secretário e todos os presentes.

Primeiramente, a privatização da Sabesp é uma questão ideológica. Teve a companheira pesquisadora que passou por aqui. Portanto, que se diga que a ciência nunca sentou à mesa quando foi-se discutir a privatização da Sabesp. Até porque nós, a partir de dados concretos, temos trazido há dois anos, pelo menos, números que comprovam e refutam algumas intervenções aqui que são, no mínimo, equivocadas, que comprovam que a privatização da Sabesp é um péssimo negócio para o povo de São Paulo tanto do ponto de vista econômico

quanto do ponto de vista do atendimento do serviço, que vai, com certeza, piorar.

Parece-me que há um grande equívoco, e esse equívoco, eu acho que ele é premeditado: misturar os dados do Brasil com os dados de São Paulo. Então, é verdade que o Brasil tem um déficit importante em saneamento, que carece de muito investimento. Agora, quando a gente olha para o Estado de São Paulo, essa realidade é totalmente diferente.

Vou além. Quando a gente olha para os municípios operados pela Sabesp, essa realidade é completamente diferente. Precisa conhecer os dados de fato para saber que o interior de São Paulo, nos municípios operados pela Sabesp, tem um padrão de atendimento superior, inclusive, ao padrão de atendimento europeu.

O município de São Paulo precisa, sim, de investimentos e de coisas a serem feitas; é verdade. Mas hoje nós já temos 94% de atendimento de água, no município, pela Sabesp. E outra coisa que é verdade é que, pelo atual contrato com o município de São Paulo, sem a necessidade de se privatizar, até 2029 os serviços têm que estar universalizados, e esses recursos já estão disponibilizados e garantidos por um investimento que é necessário para universalizar até 2029.

Outra coisa que tentam deturpar é a questão do lucro. É verdade que a Sabesp é, sim, uma empresa lucrativa. A diferença é que, como o Estado é quem gere a Sabesp, é quem controla a Sabesp, hoje, de todos os lucros que são auferidos pela operação da Sabesp, 75% retornam na forma de investimento em saneamento. Isso, inclusive, é desrespeito ao atual nível de atendimento que nós chegamos. Só graças a isso foi possível. Além disso, dos 25% que são distribuídos na forma de dividendos, metade vai para o Estado para fazer, inclusive, obras de saneamento. Então, a Sabesp não é responsável apenas pelo atendimento de excelência nos municípios que opera, mas também responsável por trazer recursos para o Estado fazer obras de saneamento nos outros municípios que não são operados.

Assim, é, no mínimo, um absurdo vender uma empresa que tem uma importância dessa. E digo mais, a população do Estado já disse que é contra a privatização, numa pesquisa recente da Quest, e a população de São Paulo é mais ainda: 61% dos paulistanos são contra a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 255

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 23 DE 49

privatização da Sabesp. E os que são a favor talvez sejam a favor por questões ideológicas e não por questões do atendimento. Então, é necessário que a gente faça esse debate com seriedade.

Para concluir, quero dizer o seguinte: a Câmara de Vereadores tem tentado, a todo custo, minimizar o papel dela no processo de privatização, porque eu acredito que temem o momento seguinte, que serão as eleições.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Para concluir, por gentileza.

O SR. JOSÉ ANTONIO FAGGIAN – Concluindo, é importante que se diga - alguém que me antecedeu que já disse isto -: o poder concedente é municipal. O município de São Paulo é responsável por quase metade, 46,5 % da arrecadação da Sabesp. E se o município de São Paulo não topar o negócio, a privatização está inviabilizada. Então, pode dizer que não, mas quem vai decidir se a Sabesp vai ser privatizada ou não é a Câmara Municipal de São Paulo. E não tenho dúvida de que a periferia, a população e as bases vão conhecer o rosto e o nome de todos que votaram pela privatização da Sabesp contra o interesse do povo de São Paulo.

Não à privatização. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Obrigado, Sr. José Antônio. Antecipadamente, eu já agradeço pela propaganda. Se puder colocar meu rosto num local de destaque, eu ficaria grato. (Falas fora do microfone) A melhor publicidade que vocês podem fazer para mim é essa.

Tem a palavra a Sra. Jackline da Silva Alves, munícipe.

A SRA. JACKLINE DA SILVA ALVES - Bom dia. Eu me chamo Jackline. Eu sou munícipe de São Paulo. E gostaria de iniciar minha fala cumprimentando os Vereadores desta Casa, em especial os nobres vereadores Silvia Ferraro, da bancada feminista, e o Sr. Celso Giannazi. Da mesma forma, a sociedade civil representada na plateia e os movimentos sindicais, na pessoa do Presidente do Sintaema, Antônio Faggian, e demais companheiros e companheiras.

Eu tenho tantos questionamentos e perguntas acerca do relatório apresentado pelo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 256

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 24 DE 49

Sr. Rubinho Nunes, relator desta Comissão, que precisaria de pelo menos 20 minutos para explanar todos eles. Mas, como o meu tempo é curto, eu focarei somente nos pontos principais.

Durante o trabalho desta comissão, foram consultados vários especialistas. Entre eles, gostaria de ressaltar o ex-deputado federal e relator do Novo Marco do Saneamento Básico, o Sr. Geninho Zuliani, que ressaltou, segundo palavras do seu próprio relatório – Sr. Nunes - que diversas regiões do país sofrem com a falta de saneamento, mas que o Estado de São Paulo é a exceção, pois tem um bom índice de coleta e tratamento de esgoto, sendo que um dos objetivos da Lei 14.026/2020 e também dessa proposta é a universalização do fornecimento de água e tratamento de esgoto, abrangendo áreas rurais e urbanas mais vulneráveis, onde o serviço atualmente não chega, ou seja, dos 675 municípios, 270 não possuem tratamento de esgoto e fornecimento de água, que não compete a essa Câmara Municipal de São Paulo legislar.

Diz ainda, no mesmo documento, que a Sabesp é a maior empresa das Américas em termos de população atendida, possuindo receita de R\$ 17,2 bilhões anuais, o que a coloca entre as cinco maiores empresas do mundo.

O novo marco de saneamento no Brasil estabeleceu que as companhias estaduais comprovassem sua capacidade econômico-financeira para cumprir as metas. A Sabesp conseguiu comprovar sua capacidade econômico-financeira em 2021, devidamente atestada pela Arcesp em 2022.

Aí eu questiono o Sr. Rubinho Nunes: “Se a estatal, com 60 anos de existência, possuindo uma das maiores receitas do mundo, não teve competência, segundo ele próprio e os membros dessa comissão, para universalizar o saneamento básico, essa responsabilidade da ineficiência recai, exclusivamente, nas últimas cinco décadas, no mínimo, de gestão da sua base político-ideológica liberal e de direita, que, em vez de ter vontade política, prefere delegar a responsabilidade a setores privados.

A Sabesp possui orçamento suficiente e quadro de funcionários...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, Sra. Jackline.

A SRA. JACKLINE DA SILVA ALVES - ... para universalizar e antecipar o serviço

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 25 DE 49

para 2029. Só precisa de uma Prefeitura e de um Governo de Estado que possam e, sobretudo, queiram atingir essa meta.

Sobre a redução da tarifa, vou falar um pouquinho mais rápido, para concluir no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Mas eu peço para a senhora concluir.

A SRA. JACKLINE DA SILVA ALVES - Antes de tudo, o relatório do IFC não aponta como, e nem o Governador Tarcísio jamais afirmou que a tarifa diminuiria diretamente com a privatização, e isso é importante frisar. Ele prometeu que o Governo garantiria a redução através de 30% arrecadados para o FAUSP e provenientes das ações vendidas para o setor privado.

Depois, o mesmo Tarcísio volta atrás dizendo; “A tarifa vai aumentar, mas não tanto”, prevendo a impopularidade da proposta, ele se contradiz mais uma vez prometendo a redução. Ou seja, nem o Governador sabe o que ele defende.

Não se trata aqui de promessas e nem de mágica, se trata de uma metodologia de cálculo. Se Tarcísio não consegue garantir que toda a população será negativamente afetada com a cobrança mais cara, ele não pode, não quer e não vai conseguir atingir essa meta.

Curiosamente, no mesmo período que iniciou a discussão de desestatização da Sabesp...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Jackline, vou pedir para a senhora concluir em respeito à equidade, por gentileza.

A SRA. JACKLINE DA SILVA ALVES - ... mais de 900 mil famílias beneficiárias perderam acesso à tarifa social e vulnerável da conta de água. O argumento foi falta de fiscalização da Arcesp, aí eu volto ao texto do seu relatório, Sr. Vereador e que diz...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Jackline, é que a senhora já excedeu no tempo quase pelo dobro. Peço que a senhora conclua, por gentileza, se quiser trazer por escrito.

A SRA. JACKLINE DA SILVA ALVES - Só concluindo, até porque a sociedade civil não tem acesso ao seu relatório e é importante que todo mundo tenha.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Se a senhora teve e toda a população pode

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 26 DE 49

ter, é só trazer o relatório aqui.

A SRA. JACKLINE DA SILVA ALVES - ... as tarifas de remuneração dos serviços de água esgotamento sanitário são fixadas pela Arcesp.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - É impressionante...

A SRA. JACKLINE DA SILVA ALVES - As revisões tarifárias são necessárias para o equilíbrio do contrato, a fim de cobrir os custos de operação, manutenção e...

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Sra. Jackline, vou pedir que a senhora interrompa, se não vou ter de cortar o microfone.

A SRA. JACKLINE DA SILVA ALVES -... e providências...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Por gentileza, é a quarta vez que eu estou solicitando a senhora, não quero ser deselegante, mas se você puder encerrar a fala nesse momento, em respeito aos demais oradores, se tiver qualquer contribuição, tanto eu quanto o Relator podemos receber, assim como haverá outras audiências públicas.

A SRA. JACKLINE DA SILVA ALVES - Se a Arcesp não se propõe...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Corte o microfone, por gentileza.

A SRA. JACKLINE DA SILVA ALVES - a realizar...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Corta o microfone. A sessão está suspensa.

- Suspensa a sessão.

A SRA. JACKLINE DA SILVA ALVES - ... a realizar a sua função enquanto a empresa é administrada pelo Poder Público, quem é que vai garantir que ela vai fiscalizar quando a Sabesp for 100% privatizada?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Vou pedir à Guarda Feminina, por favor. Já pode retirar o microfone para que ela não continue a fala.

A SRA. JACKLINE DA SILVA ALVES - E para concluir a minha fala...

- Suspensa a sessão, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Rubinho Nunes.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Se quiser pendurar uma melancia no pescoço na próxima para fazer “showzinho”, fica à vontade. Não há mais oradores inscritos, pergunto aos colegas se alguém gostaria de fazer uso da tribuna. (Pausa) Vereadora Silvia tem a palavra.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA - Bom dia, novamente. Queria cumprimentar especialmente os trabalhadores e trabalhadoras do Sintaema, que é um sindicato combativo que está na linha de frente na luta contra a privatização da Sabesp, e que em todas as audiências públicas estão tendo uma atuação exemplar.

Também queria cumprimentar os estudantes do Mackenzie, do Direito, que estão aqui presentes, e os demais munícipes. Queria começar minha fala falando exatamente sobre a questão do Direito, a questão das leis. Temos uma Defensoria, defensoria essa que defende as leis.

E a Defensoria Pública do Estado de São Paulo fez uma recomendação à Juíza, responsável pelo julgamento da a ação que nós do PSOL e do PT entramos para exatamente pedir a anulação da primeira votação em relação ao projeto de privatização da Sabesp.

Pedimos essa anulação exatamente com o argumento de que houve uma violação do direito democrático da população participar antes de ser apreciada a primeira votação. Queria ler dois trechos. Primeiro: “A Defensoria julga que o procedimento estabelecido pela Câmara Municipal viola, portanto, os preceitos de participação social dos planos de saneamento básico, seja com base na previsão federal ou municipal”, Defensoria, tá, gente, não sou eu que estou falando. E a Defensoria, por fim, esclarece: “No caso, a Câmara optou por realizar sete audiências públicas. E, se assim o fez, deveria esperar o fim das discussões para pautar o projeto de lei e iniciar o processo de votação. A Câmara pautou o projeto de lei antes das audiências

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 260

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 28 DE 49

públicas. Pautar o projeto de lei na véspera e realizar a primeira votação no dia da realização da segunda audiência pública compromete a participação social. Nem vereadores, nem sociedade tiveram tempo hábil de se debruçar com profundidade sobre o referido projeto, tornando inócua a realização desse ciclo de audiências”.

Estou lendo aqui porque não somos só nós, da Oposição, que temos a opinião de que o processo está sendo antidemocrático. Também a Defensoria Pública está recomendando à Juíza “Que analise o processo e que julgue a ação baseado nas violações que tiveram”, porque a Câmara se manifestou dizendo que foram feitas, regimentalmente, duas audiências públicas. É verdade que o regimento diz duas. Mas é verdade também que quando teve a votação do Plano Diretor, ou quando teve a votação da Lei de Zoneamento, foram muitas mais audiências públicas.

O que estamos expondo não é só do que é legal, mas se trata também do que é moral. E a democracia não tem um limite. Nossa função é, enquanto Vereadores, ampliar a democracia e a participação social ao máximo, e não restringi-la.

Quando Vereadores concordam com o argumento de que só duas audiências públicas são suficientes, estão indo no mínimo, estão restringindo a participação popular. Achamos que a participação popular deve ser aumentada, ampliada e é para isso que fomos eleitos, para ampliar essa participação.

Fomos eleitos, é verdade, mas não somos semideuses. Não somos os donos da verdade. Precisamos ouvir o povo e é por isso, inclusive, que propusemos um plebiscito oficial, para que o povo, no dia da eleição também possa votar. Com esse plebiscito, poderemos aferir a vontade popular, se realmente a população de São Paulo é favorável ou não à privatização da Sabesp.

Sobre a questão de mérito, se a Sabesp é uma empresa lucrativa, e se isso tem a ver com a privatização ou não. Vejam bem, a Sabesp hoje tem uma maioria de capital estatal. Mas ela possui algo em torno de 49 vírgula alguma coisa de capital privado, então, a Sabesp é uma empresa mista. É uma empresa que tem o monopólio estatal, mas ela tem sim abertura de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 261

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 29 DE 49

ações para acionistas privados. Ela é uma empresa lucrativa? Sim. Sim. Mas, pelo fato de ter uma maioria de ações que quem detém é o Estado, é uma empresa cujo lucro não está acima da vida. É por isto que a Sabesp não pode ser privatizada: porque empresas privatizadas cem por cento, como é a Enel, não têm essa premissa. Vocês acham que a Enel tem a premissa de que o lucro não pode estar acima da vida? A Enel deixou a população de São Paulo por mais de uma semana no escuro. Mas não é só isso. A Enel disse que não vai indenizar ninguém. Comerciantes e pessoas que tiveram todas as suas comidas de geladeira ou de freezer destruídas não tiveram indenização. Sabem por quê? Porque, para eles, o lucro vale mais, e a vida vale menos.

Então, o que está em discussão aqui é se a vida vale mais. Água é vida. Eu tomo água da torneira porque eu tenho confiança na água da Sabesp, mas, se ela for privatizada, como eu vou ter confiança se, para eles, o lucro vale mais que a vida? É isso que está em discussão aqui, e é uma discussão muito séria.

Por último, eu quero fazer um debate ideológico com o Presidente da Comissão de Política Urbana, Vereador Rubinho Nunes, já que ele é uma pessoa que, ideologicamente, defende a privatização. Apesar de meio contraditório, ele é um liberal conservador, mas, ideologicamente, defende a privatização. Então, nem adianta eu apresentar argumentos do Sintaema e dos técnicos, porque ele vai continuar defendendo a privatização sempre, porque é nisso que ele acredita, e esse é o sentido da sua vida. Para ele, vale mais o lucro do que a vida, e o capital tem que ser lucrativo.

Esta é uma discussão ideológica, mas não só, porque também envolve o pragmatismo do Governador Tarcísio, que, ideologicamente, também defende a privatização por São Paulo ter um problema de caixa. Os bilhões de dólares com a venda da Sabesp vão ser usados para fazer campanha eleitoral e coisas que vão dar voto, e é por isso que as ações da Sabesp estão sendo vendidas no mercado. Se fosse por razão científica, como disse o companheiro Faggian, Presidente do Sintaema, ele se basearia em vários dados inclusive do Tribunal de Contas do Município, um órgão isento que disse que não há garantia de que a tarifa

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 262

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 30 DE 49

vai baixar e que a Sabesp poderá se tornar uma empresa ineficiente se for privatizada. Mas isso não está sendo levado em consideração, porque os interesses não estão baseados na Ciência e são ideológicos e pragmáticos.

Só vamos conseguir mudar essa votação aqui na Câmara se nós tivermos mobilização popular. E é por isso que eu termino convidando e convocando todas, todos e todes para estarem em frente à Prefeitura na segunda-feira para uma grande manifestação contra a privatização da Sabesp.

Não à privatização!

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Sílvia. Como V.Exa. me citou, primeiramente eu gostaria de explicar que, segundo a norma culta da nossa gramática, “todes” não existe. Em segundo lugar, hermeneuticamente falando, não há como dizer que alguém é ideológico e pragmático, já que são conceitos opostos, Vereadora; ou se é ideológico ou se é pragmático. Mas, sim, V.Exa. está corretíssima ao dizer que eu sou um liberal convicto no aspecto econômico e bastante conservador quanto aos costumes. E, por isso, é importante mencionar, Vereadora, que o Estado não produz nada, ele toma à força. Convido V.Exa. a ler Adam Smith, que defende que o que gera a riqueza das nações é o fato de cada indivíduo procurar o seu desenvolvimento econômico e pessoal, e Mises, que defende que o resultado do protecionismo será sempre a redução da produtividade do trabalho. A liberdade econômica é a melhor maneira para combater a pobreza e melhorar a vida das pessoas, segundo ainda menciona Milton Friedman.

Vereadora Sílvia, é importante também destacar da fala de V.Exa. que o expediente de processar, adotado pelo PSOL e pelo PT, já foi adotado por V.Exas. na Revisão da Lei de Zoneamento e na Revisão do Plano Diretor com o objetivo de obstar e sobrestar a votação. Em ambos os casos, porém, V.Exas. perderam o processo. Então, assim como eu propus ao Vereador Celso, eu proponho a V.Exa. uma “dollynho” e um pão com mortadela, já que vocês também vão perder essa ação. Além disso, na ação que V.Exas. moveram, esqueceram-se de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 263

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 31 DE 49

mentonar – e, para tanto, faço questão de citar o parecer do Ministério Público – justamente o fato de que fosse determinado ao Presidente da Câmara Municipal de São Paulo que somente fosse realizada a segunda votação do projeto em comento após a realização de todas as audiências públicas já agendadas e de outras, se necessárias, submetendo-se a todos os interessados o acesso amplo ao projeto substitutivo. Assim está escrito no parecer do Ministério Público.

Vereadora, se na época da propositura eram sete audiências públicas, quantas foram as audiências propostas por V.Exa. definida e aprovada pela Comissão e por esta Presidência? Oito. E quantas foram as audiências propostas pelo Presidente Milton Leite ontem no Colégio de Líderes? Nove, sendo uma devolutiva. Portanto, está sobrestada e superada a necessidade de audiências públicas.

Por fim, Vereadora, eu explico que, apesar de a Lei Orgânica do Município estabelecer a realização de apenas duas audiências públicas, nós estamos realizando oito; ou seja, quatro vezes mais. Estou falando de maneira bem clara, porque eu sei que os esquerdistas não sabem fazer conta.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – E, para concluir, se V.Exa. considera inadequada a quantidade de audiências públicas, é muito simples, como Vereadora, apresente um projeto de emenda para alterar a Lei Orgânica.

Eu entendo a plateia me chamar de fascista, porque eu sei que a esquerda tem ojeriza a opiniões contrárias e, quando não consegue argumentar, parte para o ataque *ad hominem*. Isso é bastante típico, e daí o meu desprezo à opinião dos senhores.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Diferentemente da senhora, eu li e entendi. Para alguém que dá aulas, a senhora precisa aprender a interpretar texto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Peço a V.Exa. que se sente no seu local.

Por gentileza. A senhora está muito exaltada. Alguém, por favor, ofereça água ou talvez um suco de maracujá para que essa senhora se acalme.

O próximo orador é o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Bom dia a todas e todos os presentes de forma virtual e presencial, aos meus colegas de Mesa e ao Secretário.

Primeiramente, quero dizer ao Presidente da Mesa que S.Exa. sabe fazer conta apenas quando lhe interessa. Quando o Plano Diretor da Cidade de São Paulo favoreceu o mercado imobiliário, V.Exa. fez muitas contas que favoreciam o lucro para esse setor em detrimento da cidade e da população que tem o interesse em uma cidade mais harmoniosa. Além dos livros que o senhor citou, V.Exa. deveria ler também Montesquieu. Aos estudantes de Direito presentes, saibam que o Presidente da Mesa não faz uma leitura correta de Montesquieu, autor que propôs a divisão dos Poderes em sua teoria política do Três Poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário.

Quando as Bancadas do PT e do PSOL acionaram o Judiciário por conta desta discussão, V.Exas. ficaram irritados, porque sabiam que ela não se encerraria aqui na Câmara Municipal, Casa que representa apenas um dos Três Poderes, o Legislativo. Vivemos em um Estado Democrático de Direito em que o controle de constitucionalidade neste país é responsabilidade do Judiciário, como está consignado na Constituição Federal. É o Judiciário que faz o controle da legalidade e da constitucionalidade, e será sempre assim que nós vamos agir. Então, não adianta a Base do Prefeito Ricardo Nunes querer passar o trator em prol de uma questão eleitoreira para favorecer o Governador Tarcísio. É isso que está em jogo. Está é a discussão. Nós estamos falando da água, do saneamento, que é um direito humano fundamental, está na Constituição Federal, é disso que nós estamos falando.

Quando fala em privatização, e aí os alunos do Mackenzie aqui, vou citar um caso bem emblemático, bem recente, acho que todo mundo acompanhou o ex-Governador e ex-Prefeito no processo de privatização, como este. Eles entregaram um patrimônio histórico, cultural, esportivo da cidade de São Paulo, que é o Estádio do Pacaembu, entregaram para a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 265

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 33 DE 49

iniciativa privada. Uma concessionária lá, a Alegria Pacaembu, está administrando. É privado ali, é a gestão privada.

O que eles quiseram fazer agora recentemente? Uma que não entregam aquele equipamento para a população poder usufruir, está atrasado, a Prefeitura é conivente com isso, o Prefeito Ricardo Nunes também. Eles iam fazer um show, lucro, querem lucro, querem lucrar, querem pegar a Praça Charles Miller, querem lucrar. Eles iam fazer um show de aniversário do Roberto Carlos cobrando ingressos caríssimos, e queriam fazer o show. O Corpo de Bombeiros, que é o Estado representado por servidores públicos, impediu a realização do show por questão de segurança das pessoas, inclusive do próprio artista Roberto Carlos.

Mas, mesmo assim, a empresa privada, que quer o lucro, que tinha vendido os ingressos, que tinha o patrocínio gigantesco do Roberto Carlos, queria, mesmo assim, colocar as pessoas em risco. Estava em jogo o lucro, é o lucro daquela empresa. Se não fosse o Estado, através dos servidores do Corpo de Bombeiros, o show seria realizado colocando as pessoas em risco. É disso que nós estamos falando. É assim que funciona. É o Estado que tem que impedir ações como essa.

O Estado é o maior controlador acionário da Sabesp que vai obrigar a empresa a fazer as intervenções na periferia da nossa cidade, nas regiões mais carentes. Se deixar para a iniciativa privada, não vai chegar esse investimento. Tem alguma universidade, alguma escola particular que coloca a sua unidade na periferia da cidade de São Paulo? Não, não coloca. E por que não coloca? Porque não tem lucro. Que é o lucro que tanto defende o Presidente Rubinho Nunes, esse lucro não vai chegar.

É o Estado. Tem serviços de água, de saneamento, de educação, de saúde, que é o Estado que tem que prover. É o Estado que tem que administrar. Não dá para entregar, não dá para leiloar isso.

Então, o Prefeito não pode estar no lugar que ele está. Olha, o que está em jogo. O Governador Tarcísio chegou para privatizar, porque ele está com aquele martelinho, o mercado exige dele, ele tem um comprometimento com o mercado. Privatizar educação, tirando o livro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 266

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 34 DE 49

das escolas, mas através de uma ação judicial, nós conseguimos rebater. Querem tirar os professores da sala de aula e colocar a inteligência artificial para dar aula no lugar do professor. Quer privatizar a saúde, vendendo os hospitais, leiloando os hospitais. Quer privatizar o transporte. Vocês viram agora na Raposo Tavares colocando pedágios na região urbana da Raposo Tavares. Quer privatizar os parques cobrando ingressos caríssimos, tarifas caríssimas, estacionamentos.

Na cidade de São Paulo, a gente tem um exemplo muito claro que o Prefeito Ricardo Nunes implementou. É o serviço funerário. O serviço funerário é um desastre de privatização. Quadruplicaram as tarifas para as pessoas carentes sepultarem seus entes queridos. Não há nenhum cronograma de realização de melhorias nos cemitérios, estão abandonados, literalmente abandonados, não tem fiscalização. É assim que a população tem o serviço público entregue por esta administração.

O Governador do Estado está com o processo de privatização, esse é um problema do Estado. Mas o Prefeito Ricardo Nunes, no ano passado, em 2023, abriu mão da autonomia que o município tinha. A cidade de São Paulo é responsável por 46% do lucro líquido da Sabesp, que ano passado foi de 3,5 bilhões de reais. É um lucro muito grande, é uma empresa altamente lucrativa.

O Prefeito Ricardo Nunes, para conseguir o apoio do privatista Tarcísio, aderiu às URAEs, Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário, acabando com a autonomia do município, inclusive está questionando. Tem a ação judicial questionando a abdicação dessa autonomia do município, pois a competência de água e esgoto, constitucionalmente, é dos municípios e do Distrito Federal.

Mas o Prefeito Ricardo Nunes, como precisa do apoio do Governador Tarcísio na eleição, a eleição a qualquer custo, vendendo a cidade de São Paulo, aderiu às URAEs, abrindo mão da autonomia do município. A Câmara Municipal tem a possibilidade de inviabilizar essa privatização, olhando, ouvindo a população.

Já foi dito aqui, pesquisas recentes, 61% da população paulistana é contra a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 267

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 35 DE 49

privatização da Sabesp. Não dá para aceitar que o Prefeito Ricardo Nunes, mesmo sabendo que a grande maioria da população é contra, implementar um processo de passa-boiada na Câmara Municipal, atropela, não ouve a população, e faz concessão, adesão da Prefeitura de São Paulo a um processo que vai causar, sim, no futuro, aumento da tarifa, vai causar, sim, precarização do serviço, e vai deixar na mão de uma empresa privada, se ela vai ou não.

Os trabalhadores, muito bem colocado, citaram o exemplo das crises hídricas que nós tivemos aqui. Isso só foi resolvida porque estava na mão do Estado. O Estado, como é o poder majoritário das ações, obrigou a empresa a fazer as intervenções e não faltou água para a população paulistana, principalmente, teve a interligação das empresas que vocês comentaram, que foi verdade mesmo.

Agora, isso na mão da iniciativa privada, se não houver lucro, eles não vão fazer. A população mais carente da cidade de São Paulo, nos territórios mais longínquos daqui do Centro, vão ficar sem água.

E nós temos uma emergência climática batendo na nossa porta não só na cidade de São Paulo, mas em todo o mundo, que precisamos ver. Nós vamos estar numa crise, na emergência climática, com uma empresa privada administrando a água, o saneamento básico da cidade de São Paulo, a troco de quê? A troco de uma ação eleitoreira do Prefeito Ricardo Nunes, precisa ser bem dito: é uma ação eleitoreira do Prefeito Ricardo Nunes querendo o apoio do Governador Tarcísio. É disso que nós estamos falando.

Então, nós ingressamos com as ações judiciais. O Ministério Público se manifestou, a Defensoria se manifestou, e é não.

O Vereador Rubinho Nunes lê, é seletivo na sua leitura, lê só o que interessa. Mas o Ministério Público se manifestou também não só pela realização das audiências públicas, mas também para a elaboração de um estudo de impacto financeiro, que não tem no projeto. O projeto não tem nada, nem o PowerPoint que é colocado ali das mudanças tem. Então, falta.

O Ministério Público coloca, não sou eu que estou falando, o Ministério Público coloca a necessidade do estudo de impacto financeiro para a cidade de São Paulo para que a cidade

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 268

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 36 DE 49

possa decidir se quer ou não a privatização.

E, para isso acontecer, não é através de meia dúzia de audiências públicas que a gente vai conseguir isso. Teria que ter, Presidente, com todo respeito, pelo menos uma audiência pública por subdistrito da cidade de São Paulo, e depois, num processo democrático, um processo transparente, um processo amplo, fazer um plebiscito, porque nós temos o projeto da Bancada do PSOL e do PT para fazer o plebiscito, ouvir a população.

Aí, depois de ouvir a população, sim, a população decidiu não fazer, não privatizar a Sabesp, aí o projeto se encerra aqui. E, se ela decidir pela privatização, que eu tenho certeza de que não decidirá, o processo continuaria. É assim que tem que ser feito. Essa é a forma democrática e transparente de se fazer.

Não do jeito que o governo do Prefeito Ricardo Nunes quer fazer atropelando e vendendo a cidade de São Paulo. Água não é mercadoria. Então, privatização, jamais. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Celso. Primeiro, permita-me corrigir o erro da fala de V.Exa. sobre o show do Roberto Carlos.

O SR. CELSO GIANNAZI – Então, corrija de V.Exa. também, que a V.Exa. só falou de uma parte da decisão do Ministério Público. Leia, já que é para fazer a leitura, já que é para fazer a leitura, faça a leitura também.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador, eu aguardei a fala de V.Exa. e agora V.Exa. vai me interromper?

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – V.Exa. aguarde a resposta. Se quiser, eu lhe concedo a tréplica, mas aguarde a minha resposta.

O SR. CELSO GIANNAZI – Não, V.Exa. desvirtua de debate. V.Exa. está na Presidência, eu respeito V.Exa., mas faça completo, faça, leia completamente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador Celso, eu só peço que o senhor aguarde a resposta, se quiser, eu lhe concedo a tréplica. Não tem problema.

Fazendo justiça sobre o show do Roberto Carlos, em uma simples pesquisa no

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 37 DE 49

Google, verifica-se que o show foi cancelado pela Prefeitura, não pelo Corpo de Bombeiros, como dito por V.Exa.

O SR. CELSO GIANNAZI – É o Corpo de Bombeiros que se manifestou. Se fosse pela concessionária, pelo Prefeito, este show teria acontecido.

O SR. FABIO RIVA – Negativo, Vereador. É a Prefeitura.

- Manifestações simultâneas.

O SR. CELSO GIANNAZI – Teria acontecido. O Corpo de Bombeiros, servidores públicos. O Estado se manifestando contra...

O SR. FABIO RIVA – Agora, vocês estão favoráveis à recomendação do MP no processo e não estão favoráveis à recomendação do Bombeiro para a Prefeitura?

O SR. CELSO GIANNAZI – Bombeiro é servidor público, é o Estado atuando.

O SR. FABIO RIVA – Esse é o contrassenso do PSOL. Estão falando aqui que a recomendação do MP com o projeto que nós estamos aqui discutindo, e o Bombeiro faz uma recomendação informando a Prefeitura que não pode realizar o show por falta de segurança e aí fala que é o Bombeiro que é o responsável.

O SR. CELSO GIANNAZI - O Bombeiro se manifestou pela privatização? Não, o Bombeiro não se manifestou pela privatização.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Mas seria competência do Bombeiro se manifestar pela privatização? Tem que fazer uma audiência pública do Corpo de Bombeiros, agora, Vereador.

O SR. CELSO GIANNAZI - É o Estado se manifestando através... é que V.Exa. não gosta do Estado. V.Exa. gosta da iniciativa privada, o lucro. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - O Estado não produz nada. O Estado toma a força das pessoas.

O SR. CELSO GIANNAZI - É isso. V.Exa. defende os interesses da minoria, daqui do Centro. É o lucro.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Eu pensei que era o PSOL que votava pela

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 270

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 38 DE 49

minoría e agora sou eu.

Mas voltando, Vereador Celso, V.Exa. está desde ontem citando o Montesquieu. Eu acredito que V.Exa. tenha lido os livros dele de forma muito rápida. Mas trata sobre a separação dos poderes, independentes e harmônicos.

O SR. CELSO GIANNAZI - Eu sou formado como V.Exa. Eu sou formado como V.Exa., sei ler como V.Exa. Acredito na educação e é por isso que eu citei.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Então faltou compreensão, Vereador.

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para haver o debate tem de ouvir ambas as partes...

O SR. FABIO RIVA – Cadê a democracia, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Pois é, Vereador.

O SR. FABIO RIVA - Eu também, quando eu gosto de...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Fabio Riva tem a palavra.

O SR. FABIO RIVA - Não, eu só estou dizendo o seguinte, quando a gente tem a palavra, o outro Vereador tem que respeitar. A gente ouve o público. É só isso que eu perguntei ao Presidente. Se isso é antidemocrático, o que é democracia? Essa é a pergunta.

O SR. CELSO GIANNAZI - Só não pode desvirtuar a fala das pessoas que depois falaram...

- Falas simultâneas.

O SR. FABIO RIVA – Olha, não está deixando nem eu falar...

O SR. CELSO GIANNAZI - Aconteceu várias vezes aqui. Aconteceu várias vezes. A pessoa fala...

O SR. FABIO RIVA - ... Os alunos aprendam o que é democracia com eles...

O SR. CELSO GIANNAZI - ... desvirtua a fala.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Vereador Celso, eu não interrompi a fala de nenhum dos Colegas. Eu aguardei para me manifestar. V.Exa. podia seguir o mesmo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 271

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 39 DE 49

procedimento, assim como todos os Colegas têm seguido, e aguardar para que V.Exa. se manifeste.

Como eu ia dizendo, Vereador, o princípio da separação dos poderes pressupõe que todos, os três, são independentes e harmônicos entre si. Então, logo, não há interferência de um no outro. Inclusive, o princípio de Montesquieu foi utilizado pela magistrada, que afastou as duas ações movidas pelo PSOL quanto à revisão do Plano Diretor e à Lei de Zoneamento.

Inclusive, o ativismo judicial praticado pelo Judiciário, que é um expediente incentivado pelo PSOL por meio de ações de descumprimento de preceito fundamental movidas no STF, leva a Corte a legislar em assuntos que não são de sua competência porque a iniciativa legislativa pressupõe-se do Poder Legislativo, ou seja, Câmara dos Deputados e Senado Federal e o que gera essa desordem em segurança jurídica que nós vemos hoje no país.

Mas, Vereador, você disse que a privatização da Sabesp é impopular. E, ao mesmo tempo, você disse que é uma ação eleitoreira. Se é uma ação eleitoreira, pressupõe-se que ela é popular porque traria voto ao Chefe do Executivo.

Agora, V.Exa. disse que ela é eleitoreira, traz voto, mas, ao mesmo tempo, é impopular...

O SR. CELSO GIANNAZI – A população não quer... V.Exa. desvirtua...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – V.Exa. precisa definir uma linha lógica de argumentos.

O SR. CELSO GIANNAZI - V.Exa. desvirtua. Eleitoreira porque o Prefeito Ricardo Nunes precisa do apoio do Governador. É essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador, eu só estou tentando estabelecer uma linha lógica de raciocínio que eu não estou vendo em V.Exa.

Eu pergunto ao Vereador Fabio Riva se vai querer fazer uso da palavra.

O SR. FABIO RIVA - Rapidamente, Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, o povo que está aqui, de forma protocolar, sim. Só queria corroborar algumas coisas que são

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 272

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 40 DE 49

importantes. Primeiro, do processo legislativo. Quando eu fiz essa analogia entre uma recomendação do MP, da Defensoria ao Juiz, que hoje é o responsável pela ação proposta pelo PSOL, foi a mesma analogia que eu fiz do parecer do Corpo de Bombeiros à Prefeitura.

Então, quando a gente fala em democracia e fala nos espaços, a gente precisa entender, por analogia, que as coisas, mesmo estando em pontos divergentes, separados, mas elas, de uma forma ou de outra, acabam tendo as mesmas condições, inclusive, daquilo que a gente vem a falar.

Então, eu queria só fazer uma fala nesse sentido e voltar aqui, Presidente Rubinho, na questão da discussão do projeto. Ser favorável, ser contrário ao projeto... Agora, eu não ouvi em nenhum momento, e aí me dirijo diretamente ao próprio Sintaema, que eu tenho, de uma forma ou de outra, até na condição de Líder do Governo, principalmente em alguns assuntos, inclusive, que têm esse tipo de divergência, recebido algumas manifestações por escrito e algumas sugestões no aprimoramento do projeto.

O não pelo não, a gente acaba não construindo. E nós já tivemos uma sinalização, através da primeira votação, de que o projeto tem condições de ser aprovado. E nós precisamos, inclusive, da contribuição de vocês, mesmo sendo contrários, daquilo que a gente possa aprimorar no projeto.

Eu acho que é de suma importância quando a gente reconhece que também, e eu, como advogado, muitas vezes eu faço um pedido, mas também faço um pedido alternativo. Caso V.Exa. assim não entenda, olha, está aqui. Por quê? Porque eu também me preocupo em a gente entender os atores de todo o processo. Eu sei que vocês tiveram uma discussão acalorada na Assembleia, que o projeto passou na Assembleia, mas aqui na Câmara, independente de tirar a parte ideológica ou não, racional ou não, mas eu acho que é importante que a gente receba como foi dito pelo... esqueci o seu nome, desculpa, que está de gravata azul, sobre a preocupação...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABIO RIVA - Rafael. O Rafael nos trouxe um ponto de questionamento que,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 273

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 41 DE 49

tanto para mim, olhei para o Rubinho, perguntei aqui para o Secretário Chucre, que eu acho que é importante a gente fazer uma reflexão.

Então, quando a gente tem um projeto dessa envergadura, é importante também que a gente possa ouvir, caso isso aconteça, com a experiência de vocês, o que não pode, o que deve constar como obrigação. Eu tenho a questão da tarifa social, tenho preocupação, porque eu milito mais nas periferias, da entrega dos programas, do Água Legal, que entrega as caixas de graça. Será que vão continuar entregando as caixinhas de graça? Essa é a minha preocupação também.

Nós temos lá loteamentos de interesse social promovidos por entidades, movimentos de moradia, onde a Sabesp, através de um convênio, que foi firmado na época do Mário Covas, fornece água e esgoto gratuitamente às famílias de baixa renda.

Será que, com a privatização, eles vão continuar deixando de forma gratuita? Eu tenho essa preocupação, e já levei isso para a Natália, para a Secretária. Levei isso para o Secretário Chucre, porque também é uma preocupação. Então, eu acho que, nesse momento, nós temos mais algumas audiências públicas, eu acho que é importante, o não pelo não, não ajuda a construir.

Eu acho que, muitas vezes, aqui, e eu volto a repetir, já falei isso diversas vezes, Secretário Chucre, que aqui, quando existe um projeto que é aprovado por maioria, e você tem uma maioria que vota, uma outra parte que não é vencedora, não existe vencedor ou vencido, existe o exercício da democracia.

E quando o exercício da democracia, na essência, que é respeitar a decisão de uma maioria e a Casa Legislativa, tem por prerrogativa, sim, aprovar ou não os projetos. Mas vale aquele, muitas vezes, que se entende vencido, que, na verdade, como eu volto a repetir, não é vencido, também nos ajudar a contribuir para que a gente não cometa algum equívoco na aprovação ou no texto da lei.

Então, eu quero conclamar, de uma forma muito transparente, na condição de Líder do Governo, do Prefeito Ricardo Nunes, aqui na Câmara, como fiz isso por diversas vezes em

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 274

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 42 DE 49

projetos dos servidores públicos, na ocasião, quando nós fizemos aqui outros diversos projetos, de ouvir as categorias que fizeram algumas propostas e que, de uma forma ou de outra, algumas foram acolhidas outras não.

Mas eu acho que é importante que a gente enriqueça esse debate nessas últimas audiências públicas. Essas contribuições, como o Rafael nos trouxe aqui, um questionamento que eu acho que é importante a gente fazer uma reflexão e entender isso. E é dessa forma que a gente vai construindo um projeto que, se vai ocorrer essa adesão, da melhor forma possível.

Se não vai, a gente também entender. Mas é dessa forma que eu gostaria, Presidente Rubinho, de parabenizar você. Eu sei que não é fácil presidir uma audiência pública de projetos dessa envergadura. O Vereador Sidney Cruz, que é o Relator, que é atento, é um cara trabalhador, ouve todo mundo. A Vereadora Silvia, sempre combativa. Estou falando da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Nós temos outros Vereadores aqui, como a Sonaira Fernandes, que está em outra Comissão, mas vem aqui, colabora. Estava no Governo do Estado, acompanhou par e passo esse processo lá no próprio Estado, como Secretária. O Vereador Gilson Barreto, que é um Vereador experientíssimo aqui na Casa. Quantos mandatos, Gilson? Oito mandatos, o Celso Giannazi. Enfim, eu acho que a nossa Comissão de Política Urbana e os Vereadores que vêm, têm esta disponibilidade de vir aqui para ouvir vocês, é que a gente quer, cada vez mais, aprimorar os projetos, discordar ou não do projeto.

Então, eu repito: aqui não tem nem vencedor e não tem vencido, aqui existe a democracia respeitada através daquilo que votamos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Fabio Riva.

Tem a palavra o nobre Vereador Gilson Barreto.

O SR. GILSON BARRETO – Sr. Presidente, nobres Vereadores, quero saudar os demais componentes da Mesa, o Secretário Chucre; o meu amigo Giannazi, que é Auditor Fiscal da Fazenda Municipal; eu sou Auditor Fiscal da Fazenda do Estado e nós estamos Vereadores.

Quero ressaltar que vários alunos de universidades estão nos visitando nesta manhã e dizer que, na audiência pública, as discussões e as questões devem ser concernentes aos projetos. É claro que nós estamos em um ano eleitoral e cada Vereador defende seu posicionamento político aqui, porque precisa fazer, está nele e, às vezes, é contra tudo ou contra todos.

E me chamou muito a atenção, em vários assuntos tratados, quantas vezes foi citado o nome do Prefeito Ricardo Nunes. Essa questão ideológica e política partidária não acrescenta muito na discussão e no aprimoramento do projeto.

Eu também sou advogado e sei que, às vezes, nós denegrir fazendo inalações aos poderes, querendo denegrir o posicionamento, o estágio de cada poder. Mas, se nós quisermos preservar a democracia, nós temos que ressaltar esse tripé: Legislativo, Executivo e Judiciário; porque, sem ele, não existe democracia.

A respeito da Sabesp, o Governador Tarcísio fez a campanha dele, inclusive dizendo que ia privatizar a Sabesp, e não é novidade para ninguém. São Paulo aceitou, ele levou a termo e sobrou para a Câmara Municipal de São Paulo tomar um posicionamento, defender a Prefeitura de São Paulo.

O que nós vamos defender para ser menos pior para São Paulo? Não há muita coisa a fazer, é isso que vai ficar para São Paulo. Como nós vamos proceder? Como nós vamos fiscalizar? É com isso que temos que nos preocupar: a respeito do projeto de lei.

Neste parlamento, quem tem mais voto, leva. Assim é a vida. Temos que entender e respeitar a vontade da maioria. Aqui, não tem nenhum Vereador que veio simplesmente e falou: “Eu sou o Vereador”, ele foi eleito e representa um segmento da sociedade.

Eu, ao menos, tenho o privilégio de ter voto na cidade toda, nesses oito mandatos; então, posso dizer que eu represento a cidade de São Paulo tanto quanto outros Vereadores; não interessa se teve 200 mil votos ou 10 mil votos, porque a lei nos dá o direito de assumir o mandato para representar a cidade de São Paulo e todos são iguais perante a lei.

Precisamos refletir um pouco mais, principalmente a respeito dos poderes e o direito

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 44 DE 49

de cada um de nós dentro da sociedade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Gilson.

Tem a palavra a Sra. Sonaira Fernandes.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Boa tarde a todos. Cumprimento os meus colegas de Mesa e quero dizer que é saudável o debate, principalmente quando se tem um tema contraditório, porque se estabelecem pensamentos, ideias, para que se chegue ao resultado final; E é importante ressaltar o voto da maioria, principalmente a escolha da maioria.

O Vereador Fabio Riva trouxe alguns apontamentos, e eu consegui entender a breve linha do tempo que ele trouxe, os questionamentos que foram levantados pelo povo que participa desta audiência pública e quais são as nossas preocupações, os nossos entendimentos e os nossos apontamentos sobre a privatização da Sabesp.

Acontece que nós discutimos muito sobre a separação do termo técnico e da ideologia, que muitas vezes atrapalha o discurso e a construção de onde se deve chegar. Mas, ao mesmo tempo, a gente nota a dificuldade de alguns pares em separar ambos os termos, o que atrasa o processo e dificulta muito o debate, muitas vezes, acerca do tema que estamos debatendo.

Esta Casa não tem se furtado ao amplo debate sobre a privatização da Sabesp. Então, negar que esse espaço está sendo concedido, que esta Casa está se furtando ao debate e à amplitude do tema, é desvalorizar principalmente o trabalho e a permanência daqueles que estão aqui e que são contra a privatização da Sabesp

Presidente Rubinho Nunes, ressalto a minha preocupação sobre o apontamento que fez ontem o Presidente desta Casa, Vereador Milton Leite, quanto à provocação da Oposição, que é contra a privatização da Sabesp, e as informações que recebe quanto aos pareceres e às decisões da privatização da Sabesp.

Algumas pessoas têm a dificuldade de entender como é a independência e a harmonia dos Poderes e acaba desvalorizando o trabalho intenso e a dedicação intensa desta

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 277

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 45 DE 49

Casa acerca do tema. Inclusive, desvalorizando aqueles que participam dessas audiências públicas.

Então, quando se limita e usa de manobras para desvalorizar inclusive o trabalho de quem é contra a privatização da Sabesp, estamos ferindo o espaço democrático de discussão, a participação popular que esse grupo tanto se dedica em falar, com os pulmões cheios.

Nobre Vereador Fabio Riva, essa discussão é saudável e nós precisamos lutar exatamente pelos apontamentos que o senhor trouxe e comungo da mesma opinião e da mesma visão que o senhor.

Nas últimas sessões, foi muito cobrada a participação do Executivo. Então, hoje eu quero cumprimentar o Secretário, que está aqui para esclarecimento; e tenho certeza de que a Secretária Natália não se furta em nenhum momento ao debate, à exploração do tema.

E quero deixar até como sugestão, para que tenham noção do nosso interesse na total lisura desse processo, também a participação da Secretária, também a participação do Executivo, para que possamos, finalmente, chegar ao final destas audiências, e desta votação, com a importância e a vigilância que o tema merece.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Sonaira.

Pergunto aos Colegas se há mais algum inscrito.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Vereador Rubinho, o senhor me permite trinta segundos?

O SR. ISAC FELIX – Pela ordem, Rubinho.

Eu gostaria de me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Eu posso passar à Vereadora Silvia, e V.Exa. já se dirige à tribuna?

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – O Vereador Sidney pode ir primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador Sidney tem a palavra.

O SR. SIDNEY CRUZ – Boa tarde a todos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 278

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 46 DE 49

Eu já me sinto contemplado com muito do que foi falado, principalmente, com as palavras do nobre Vereador Fabio Riva, Líder do Governo, e também da Sonaira, do Gilson Barreto, que trouxeram pontos importantes.

Eu faço questão de rapidamente esclarecer.

Vejo que tem muitos jovens presentes, alunos do curso de Direito; e o professor Marcelo, como sempre, participando. Estava também a Maria Tereza, a nossa Secretária Executiva de Sehab.

Viu, Presidente Rubinho? Ela ficou boa parte do tempo da audiência pública presente.

Eu ouvi os técnicos do Sintaema, o sindicato, pessoas que eu respeito muito, porque profundos conhecedores sobre o tema Sabesp, água, tratamento e coleta de esgoto. E precisamos respeitar quem conhece sobre o tema. Gostaria até que estivessem presentes, porque fui mencionado e faço questão de esclarecer rapidamente alguns pontos.

Primeiro: eu sou um dos defensores de que o tema privatização da Sabesp é de competência do Governo do Estado de São Paulo. E gostaria de repetir por conta dos novos que participam.

As ações pertencem ao Governo do Estado; e a casa legislativa competente é a Assembleia Legislativa. Em dezembro de 2023, esse assunto foi exaurido, já que os deputados e as deputadas estaduais entenderam pela privatização.

A cidade de São Paulo é um dos 375 municípios clientes da empresa Sabesp.

De fato, é uma cidade que corresponde a cerca de 46% de todo o faturamento; tem um peso. Dá para se fazer ilações caso a cidade não venha aderir ao novo contrato? O que acontece? São ilações. Cabe aos Vereadores e às Vereadoras, neste momento, resguardar os direitos dos munícipes neste novo contrato, cujos termos estão sendo debatidos.

Hoje, estamos realizando a sexta audiência pública. E foi falado que alguns defendem que a privatização não está acontecendo na Câmara Municipal, para minimizar responsabilidades do município – o que não é verdade. E precisamos esclarecer este ponto, até

mesmo para vários alunos do curso de Direito que aqui estão.

Com relação à legalidade, que a nobre Vereadora Silvia e o Vereador Celso Giannazi trouxeram, a respeito de desrespeitar as leis desta Casa, também, *data maxima venia*, não é verdade. O Regimento Interno da Casa reza duas audiências públicas. Quando foi aprovada em primeira, nós realizamos duas audiências públicas. Já estamos caminhando para a sexta audiência pública. E temos mais audiências designadas a serem realizadas. Ou seja, o tema está sendo debatido. E mais: em outubro de 2023, professor Marcelo, quando o tema começou a surgir na Alesp, eu fui o proponente da instauração de uma comissão especial de estudos na Casa; e assim o fizemos. Ficamos desde 2023 de outubro, Sonaira, discutindo profundamente, amplamente, o tema privatização, que é de competência do estado.

Falaram aqui também sobre o medo dos Vereadores com relação às suas bases, etc. e tal.

Olha, o contentamento com a Sabesp, com todo o respeito, não é absoluto. Quem conhece a verdadeira pobreza desta cidade não pode falar que aquelas famílias estão contentes em não receber água sem ter ocorrência e em não receber tratamento e coleta de esgoto.

Eu caminho nas vielas, nas periferias, e o que eu vejo são pessoas mostrando: “Olha, eu estou pagando uma coisa que não acontece”.

Está certo, como foi dito, que é um problema que se arrasta há décadas, e que vários governos passaram e fizeram vistas grossas? É verdade também, não tem como falar diferentemente desta afirmação; mas o tema Sabesp não é um tema absoluto. E nós temos que olhar para os menos favorecidos, sim. É o momento de garantir, neste novo contrato, a despoluição das duas represas importantes, a Billings e a Guarapiranga, é o momento de darmos um basta a ocupações irregulares, e regularizarmos as existentes, consolidadas, porque isso já aconteceu. Reurbanizar. É o momento de falarmos em mais unidades de habitação de interesse social, para tirarmos essas famílias que vivem abaixo da linha da pobreza. Ou estou falando bobagem? Eu tenho certeza de que muitos sabem do que eu estou falando; principalmente, aqueles que defendem algo diferente – que eu respeito, porque a democracia tem que existir; a

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 48 DE 49

ela somente não cabe excessos. Excessos, seja de um lado, seja de outro, esses amores que extrapolam a democracia, precisamos repudiar.

Eu sempre falo a respeito desse tema: é improdutivo para a produção de políticas públicas de qualidade para a população de uma cidade de 12 milhões de habitantes, onde existe quase um milhão de pessoas que não recebem água, tratamento e coleta de esgoto. O momento é de defendermos o interesse de todos, mas, porém, todavia, o dos mais necessitados, que vivem nas franjas, nas periferias, da cidade de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Sidney Cruz.

Tem a palavra a Vereadora Silvia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Presidente, são trinta segundos.

O senhor falou que eu não sei fazer conta. E eu quero dizer ao senhor que eu sei fazer conta. Mas, hoje em dia, temos calculadora também para nos ajudar a fazer conta; e matemática também nunca foi o meu forte.

Agora, eu quero dizer que eu sou professora de história. E se você tivesse sido meu aluno, com certeza, você não seria um liberal. Sabe por quê? Porque nas aulas de história eu ensino para os estudantes que o liberalismo somente deu certo, entre aspas, porque o dinheiro do estado financiou os liberais.

É exatamente essa cara de espanto. O senhor deveria estudar mais história...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Não, não falei nenhuma besteira.

O liberalismo somente existiu como economia porque o estado sempre financiou esses empresários; e, agora, com a venda da Sabesp, é a mesma coisa, porque é um patrimônio público que vai estar sendo vendido para empresários, acionistas bilionários internacionais, que vão se apropriar de algo que foi construído durante décadas. É assim que o liberalismo existiu durante a história. E se o senhor tivesse sido o meu aluno de história, provavelmente não seria esse liberal que se tornou.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 281

REUNIÃO: 20624 DATA: 24/04/2024 FL: 49 DE 49

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Bom, Vereadora, a essência do liberalismo é justamente a não intervenção do estado nas empresas, a liberdade econômica e a redução do estado. A senhora realmente não conhece.

Mas, Vereadora Sonaira, olhe que interessante: nós temos um caso confesso e público de doutrinação ideológica nas salas de aula. Olhe o perigo a que estão expostos os alunos.

O SR. FABIO RIVA – Rubinho, dessa forma, você, hoje, não estaria no União, estaria no PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Não.

Mas, Vereadora, eu queria encerrar fazendo uma pergunta: quanto é sete vezes quatro? (Pausa)

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada a presente sessão.